

prios pertences e da própria atuação. Seja por via de avaliações científico-descritivas de processos e situações específicas, seja mediante a crítica confrontadora de contextos socioculturais e políticos mais amplos, de modo quer utópico, quer acerbamente cético, o pesquisador da cibercultura está, assim, até mesmo quando não o percebe, lastreando, teórica e/ou empiricamente, o que de melhor o humano pode oferecer aos contemporâneos e aos pósteros, em nome da construção de relações sociais livres de violência, tanto mais democráticas quanto mais pacíficas e, portanto, mais articuladas contra a face múltipla da injustiça, desde a mais covarde e em grande escala (como a de Estados belicamente desenvolvidos contra vizinhos ultravulneráveis) à de tipo “invisível” e capilarizada, que passa incólume ao arrepio dos dias, confundida com a normalidade dos hábitos e costumes e das relações sociais. Em função disso, ele oferece a sua cota indispensável e impreterível de contribuição à causa transistórica da dignidade humana, ao encorpar, no presente, o fio que une, com força inelidível, os que deram vidas pelas mesmas causas desde o passado remoto e os que continuarão a fazê-lo, custe o que custar, por séculos adiante, sejam quais forem os fascismos e masmorras do momento.

No mais, vai sem viço a percepção de que uma mutação fenomenal, trazida pela planetarização do *cyberspace*, se opera diante de nossos olhos sem que disponhamos dos prismas conceituais necessários para apreender o que se passa, que dirá para fazer-lhe o devido balanço. Não obstante, o campo de estudos sobre a cibercultura, por sua natureza e propensão, põe-se justamente na dianteira desse labor, para tentar cobrir tal lacuna. Se seus pesquisadores o conseguirem, dependerá apenas de esforço individual e conjunto (sob a boa égide de um sacrifício cognitivo incondicional e normativamente válido), bem como da intensidade de sua vocação ao conhecimento (próxima da melhor ética de missão, cujo resultado é sempre mais sério quanto maior o tempo a ela dedicado).

Eugênio Trivinho

Presidente da ABCiber

Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura

O *bunker* glocal e seu paradoxo: dialética operacional entre “refechamento” e “abertura” na civilização mediática avançada*

Eugênio Trivinho

Resumo: O artigo desdobra a reflexão do autor sobre a significação social-histórica do *bunker* glocal na atualidade — *bunker* mediático da cibercultura (o *cyberspace*) que, vigorando para além do global e do local, já no tecido próprio da glocalização planetária, rearticula e reforça, culturalmente, o processo de militarização obliterada da vida social. A argumentação dissecou uma filigrana sociofenomenológica autopoietica e fundamental da experiência material e subjetiva desse *bunker*: um movimento intra-operacional paradoxal no qual se encerram, simultaneamente, “refechamento” e “abertura” em relação ao mundo e, em particular, à alteridade. Tal paradoxo peculiar recobre o modo pelo qual a apropriação coletiva e individual majoritária das redes digitais se expressa no social-histórico e na vida cotidiana. Com efeito, discursos ciberufanistas internacionalmente vigentes promovem a “abertura” trazida pela interatividade como o único fato digno de atenção no estágio atual das forças produtivas. O “refechamento” material e subjetivo que ele também representa fica descartado como mera excepcionalidade histórica, acidente ou mal menor. O artigo tensiona a ingenuidade política dessa falácia epocal. A “abertura” só pode ser compreendida se em interremissão com a tendência de “refechamento”. Se, na cibercultura, inexistiu confinamento ou atomização total do sujeito, tampouco se verifica a prumo inquestionável de horizonte absolutamente livre para ele.

Palavras-chave: comunicação; cibercultura; *bunker* glocal; glocalização; bunkerização; “refechamento”/“abertura”

Abstract: *The glocal bunker and its paradox: operational dialectic between “reclosure” and “openness” in advanced mediatic civilization* — In this article, the author reflects upon the sociohistorical signification of the glocal bunker today — the mediatic bunker of cyberculture (*cyberspace*), which, extending beyond the global and the local, within the very fabric of planetary glocalization, culturally rearticulates and reinforces the process of obliterated militarization of social life. His discussion dissects an autopoietic socio-phenomenological and fundamental filigrain of the material and subjective experience of this bunker: a paradoxical intra-operational movement which simultaneously encompasses “reclosure” and “openness” in relation to the world, and

* Nota do editor: mantemos, a pedido do autor, a forma “mediático” em vez de midiático, preferida por outros autores desse volume. Adotamos, a partir dessa edição, as novas normas da ortografia.

particularly to alterity. This peculiar paradox conceals the way in which the collective and individual appropriation by the majority of digital networks is expressed in the sociohistorical and in quotidian life. In effect, internationally established cyber-overoptimistic discourse promotes the “openness” brought about by interactivity as the only fact worthy of attention in the current stage of the productive forces. The material and subjective “reclosure” it also represents is discarded as a mere historical exception, accident or minor inconvenience. The present study examines the naiveté of this epochal fallacy. “Openness” can only be understood if in inter-remission with the tendency for “reclosure”. If, in cyberculture, there is no confinement or total atomization of the subject, neither is there an unquestionable horizon absolutely free to him.

Keywords: communication; cyberculture; glocal bunker; globalization; bunkerization; “reclosure”/“openness”

Uma qualidade aparta-se continuamente de si mesma e separa-se em seus contrários: e, de novo, esses contrários se esforçam continuamente em direção ao outro. Com efeito, o povo acredita reconhecer algo rígido, acabado e sólido; em verdade, em cada instante há luz e escuridão, amargo e doce, um junto ao outro e presos entre si, como dois lutadores dos quais ora um ora outro adquire a hegemonia.

NIETZSCHE (2008, p. 59)¹

1 Nota introdutória

O presente estudo está dedicado ao desdobramento teórico e epistemológico de uma reflexão sobre a significação social-histórica do glocal na cibercultura, tomada em sentido extenso, como categoria de época, sinônimo de civilização midiática avançada.² Seu foco majoritário e contextual específico é o *bunker* glocal; e seu objetivo precípuo, a dissecação crítica da contradição operacional interna implicada nesse ambiente de vivência comunicacional.

Em palavras sinópticas, o *bunker* glocal, no que compete a sua empiria processual, perfaz o reduto epocal típico de acesso/recepção/retransmissão de signos (informações, imagens, sons — espectros) (GUILLAUME, 1982, 1989a, 1989b) na civilização midiática; e, no que tange ao seu aspecto estrutural de fundo, encerra uma construção social-histórica e tecnocultural alicerçada no entrelaçamento indissolúvel de duas tendências civilizatórias atualmente exponenciais: o *processo de glocalização* e o *processo de “bunkerização”*, ambos generalizados.³ *Glocal* é o eixo sociotécnico descentrado e pulverizado de produção diuturna

¹ Comentário a respeito do pensamento de Heráclito sobre o vir-a-ser.

² O artigo deriva de pesquisa desenvolvida no PEPGCOS/PUC-SP, com apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa).

³ Embora o termo “bunkerização” tenha recebido utilização corrente e sem aspas em textos anteriores do autor, cabe registrar — com efeito retroexplicativo e justificador — uma observação a respeito. Ao longo do presente estudo,

e reprodução histórica do tecido simbólico e imaginário da civilização contemporânea. O processo de glocalização corresponde ao seu modo basilar de disseminação planetária. Neologismo vocacionado à apreensão tensional de uma realidade além do global e do local e que, portanto, não remete, de maneira polarizada e estanque, nem à globalização, nem aos localismos, o glocal recobre uma tendência aparentemente unívoca em que se precipita e se articula, a um só tempo, a autoprodução social e cultural, política e econômica e, em especial, transpolítica (para além da capacidade de planejamento, gerenciamento e controle por parte das instâncias legadas pela modernidade política). Nessa perspectiva, as relações sociais (tomadas em seu sentido mais abrangente) estão submetidas, desde as primeiras décadas do século XX, à *condição glocal*, modo *sine qua non* pelo qual tais relações se realizam e se entrecem, esgotam a sua energia ou se plenificam, desdobrando-se ao infinito. Viga crucial do campo próprio do sujeito, do espaço imediato de seu corpo e do diâmetro mediato de atuação de sua subjetividade e de projeção de seu imaginário, cada *contexto glocal* (de massa, interativo ou híbrido) se configura como um *bunker* idiossincrático, redoma midiática de suposta proteção efetiva e defesa segura do sujeito relativamente às ameaças pantópicas de um mundo marcado pela violência concreta e simbólica, pela ausência de coerência e finalidade, e por incertezas contínuas. O processo de bunkerização generalizada (geográfico-arquitetural, espaço-ambiental, físico-objetal, prático-procedimental e psíquico-

optou-se pelo procedimento de absorção completa do radical inglês como antepositivo de esquema morfológico desinencial em vernáculo lusófono (“ização”), preferencialmente a qualquer outro tratamento incorporativo, incluso o da mencionada justaposição com esteio na assimilação do termo estrangeiro diretamente via prosódia (já não via significante) na língua de origem — “banquer” ou “banker” —, com pequena variação de letras, para adequação vocabular formal, procedimento de longe o mais utilizado. Em virtude da lógica de sentido subjacente à proposta epistemológica deste artigo e da importância do aspecto esteticamente coerente em termos gráficos ao longo da argumentação, a transposição do (sentido conferido ao) fato (*bunker*) para o (sentido dado ao) processo (bunkerização) somente poderia ocorrer adequadamente se o próprio significante do substantivo-fonte compusesse o derivativo genérico, sem elisão ou adição de caracteres no radical. Para efeito terminológico e epistemológico, assim como na criação artística, em que o resultado estético da liberdade abona a suspensão da norma, a eventual impropriedade na formação do suporte do conceito de bunkerização vê-se amplamente compensada pelo controle total da aspectualidade pretendida, *vis-à-vis*, pela ausência de desperdício de sentido (a começar pelo que promana subsumido do enraizamento no significante) e pelo descarte de qualquer alternativa voluntarista antropofágico-cultural supostamente a serviço da autonomia ou da “pureza” da língua portuguesa. “Banquerização” (com “a” no fonema inicial e “qu” no segundo), na ortografia lusófona anterior ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (em vigor desde 1º de janeiro de 2009, com prazo transicional até 2012 para validação definitiva) ou “bankerização” (apenas com “a” no começo) na grafia possível após esse acordo, não seriam convenientes. Nem sempre o princípio politicamente importante da antropofagia cultural em matéria linguística, quando elevado à quintessência da preservação da tradição culta, produz resultados incontestavelmente aceitáveis: podem ser mais bárbaros que o eventual barbarismo em remedeio — aspecto que se tonifica quando a convenção não provém de emprego há tempos. “Abrigo”, “esconderijo” ou “refúgio”, termos próximos ao aludido, mesmo quando de uso comum no campo bélico (como é o caso do primeiro) ou quando seguidos de adjetivação militar, não apreendem, especificamente, aquilo de que se trata e não confeririam ao texto logicidade estético-significante e prosódica interna e genuína. No mais, não sendo apropriados para vigorar como *elementos substantivos centrais* da presente proposta epistemológica, acabaram por ser descartados, exceto quando em função de sinonímia. Assim, a exemplo de ocasiões anteriores, o mencionado vocábulo passará a ser doravante utilizado sem aspas, como quando a partir da segunda vez (acima) nesta nota.

relacional), ao preservar no tecido cultural trans-histórico as múltiplas marcas da guerra para além das épocas de guerra fatural, expandindo-as para a vida civil como *imaginário bélico obliterado*, alenta a conformação do glocal como ambiência simultaneamente “refechada”, destinada à relação midiática com o mundo e com a alteridade e, não por outra razão — por sua base comunicacional —, “aberta” a ambos. Como tal, o *bunker* glocal nomeia cada *nodo midiático operacional básico* do processo civilizatório atual, então reescalonado ao infinito, na forma de uma refração socialmente estendida, a “*bunkerização*” *glocalizada da existência humana e da experiência cotidiana*.

A reflexão sobre essa temática guarda — quer-se crer — premência de pouco par no âmbito da teoria social e da comunicação, mais pelo que permite entrever do que por seu caráter epistemológico incomum: ela não deixa escapar, na múltipla significação social-histórica do objeto, o aspecto de *militarização velada da vida humana em terreno civil*, razão pela qual, em comum com a necessária remissão ao contexto histórico presente, de estruturação capitalista tardia, preserva ativa a potência da crítica teórica, e em seu estado apropriado, vale dizer, *a priori*.

A título de contextualização conceitual, convém lembrar que essa reflexão avança sob margens de pesquisa pregressas. O passo inicial do percurso (TRIVINHO, 2007a, p. 279-320 [texto de 2005]) desvelou vínculos imperceptíveis entre processo de comunicação digital, complexização do imaginário midiático e remanescência da guerra. A pesquisa apurou que a categoria do *bunker*, quando mobilizada por esse prisma, assumia alcance de iluminação sobre a dimensão social, cultural e transpolítica atual bem mais profundo que a aproximação com o tema poderia anunciar de partida; e, mormente por sua relação com os *media* interativos, com o *cyberspace* e com o imaginário tecnológico, se colocava um pouco além dos resultados reflexivos da introdução dessa categoria nas ciências humanas, originalmente feita por Virilio (1975) e, mais tarde, em vínculo com a rede, por Kroker e Kroker (1995). Cumpriu-se, nesse primeiro momento, a recontextualização e caracterização do *bunker* como metáfora cognitiva para levar adiante a compreensão da lógica sociotécnica (de fundo) da existência em tempo real (TRIVINHO, 2007b): os conceitos de *bunker* glocal e de *bunkerização glocalizada*, então adaptados às condições interativas atuais, moldaram um mapa epistemológico comprometido com a renovação da crítica do *modus operandi* da *civilização glocal avançada*. Em especial, a associação entre imaginário midiático, campo bélico e morte simbólica permitiu vislumbrar flancos adicionais de militarização imperceptível do processo civilizatório e da vida cotidiana. O passo subsequente (TRIVINHO, 2008) somou aspectos teóricos mais amplos a essa trajetória reflexiva. A busca da significação social-histórica do fenômeno glocal na cibercultura incentivou o trabalho da categoria do *bunker* glocal como cicatriz cifrada da mencionada militarização (ou memória autodesveladora do imaginário da guerra), sintoma cultural e transpolítico sutil da mentalidade de refúgio, ambiente tecnocultural e subjetivo socialmente fractalizado, linguagem matricial de equivalência geral, vetor de articulação

civilizatória e horizonte glocal da experiência humana.⁴ O presente estudo, por sua vez, mantém com os passos anteriores relação de complementação temática específica. Destina-se a esmiuçar um aspecto intrigante da *manifestação sociofenomenológica autopoietica* do *bunker* glocal, conforme traduzida em seu movimento intraoperacional básico, entre “refechamento” e “abertura”, expressos *simultaneamente*.⁵ Essa problemática, projetada sobre o processo de bunkerização glocalizada em escala planetária, carece de explanação mais detida, porquanto a perda de suas nuances obviamente desperdiça profundidade analítica. Se a bunkerização *partout*, conforme antes sinalizado, nomeia a tendência corrente ao “refechamento”, deve-se destacar, tanto mais no caso do *bunker* comunicacional, o seu modo peculiar de ser nesse tocante, inclusas as suas potencialidades, com foco prioritário nas relações entre subjetividade contemporânea e esse *casulo interativo*. A questão, que se pode positivamente dizer ser de filigrana, radica, com efeito, no bojo (ou se esconde no quadro de fundo) de praticamente todas as tematizações de aspectos teóricos e práticos do *cyberspace* e da cibercultura. Ao envolver, fundamentalmente, o sujeito e sua sempre tentada potência social, o raio de alcance de sua subjetividade e suas formas de atuação presencial e virtual, em matéria de trabalho e negócios, lazer e consumo, entretenimento e aprendizagem, sociabilidade e tensionamento do real, e assim por diante, a questão marca a empiria processual abrangida pela literatura ensaística especializada mormente nas relações entre tecnologias/redes digitais, ação social e processo civilizatório.

No debate sobre o *cyberspace* como estrutura diferenciada de comunicação, tornou-se comum constatar uma polarização analítica que enfatiza (explícita ou implicitamente), no que tange ao sujeito e à sua subjetividade, ora o confinamento ou atomização social, ora as oportunidades de liberdade no estágio interativo das forças produtivas. O presente estudo, embaralhando as cartas e relativizando a sua distribuição na mesa, advoga a inexistência seja de uma tendência, seja de outra, *separadas*, em favor da notação de um *modus operandi híbrido* e, até prova consistente em contrário, evidente (o que nem por isso dispensa a explicitação, seja em ciência, seja em reflexão livre, filosófica ou não): o de um *acoplamento fatal entre corpo/mente e máquina/tela/rede* no contexto de um *nomadismo desimpedido no universo de informações e imagens*, como forma de apropriação social majoritária da alteridade e dos

⁴ A caracterização detalhada do *bunker* primevo (próprio do campo bélico), do *bunker* da civilização glocal (suas origens, seu desenvolvimento, suas consequências), da relação de ambos com a comunicação eletrônica e com o imaginário social e da remissão desses quatro fatores com a questão da guerra fica, pois, remetida aos artigos citados, que — com a devida licença — remanescem, para o presente estudo, como referênciação de contexto social-histórico e teórico-epistemológico mais adequado.

⁵ Por certo, a empiria processual em jogo justifica o vínculo da argumentação ao caso do glocal digital/interativo. Não obstante, tratar-se-ia *exclusivamente* desse contexto glocal se, em razão da amplitude da temática, certas passagens reflexivas não recobrissem, com igual validade, contextos locais da cultura de massa, como o televisivo e o radiofônico. Essa aplicação eventualmente ou oportunamente dilatada da argumentação ficará implícita no texto e, dependendo do aspecto caracterizado, poderá ser antevista por simples associação entre a natureza de um contexto glocal e a de outro, em função de propriedades minimamente comuns entre eles, malgrado subjacentes a marcantes diferenças.

objetos do mundo como espectros mediáticos (GUILLAUME, 1982, 1989a, 1989b); vale enfatizar: advoga a inexistência de processo de confinamento ou atomização completa do sujeito, tampouco aprumo social-histórico inquestionável de horizonte *absolutamente* livre para ele. Em particular, discursos ciberufanistas internacionalmente vigentes, na visibilidade publicitária, na esfera corporativa, no espaço acadêmico e em outros setores, promovem a “abertura” desse contexto glocal, o de tipo ciberespacial, como o fato mais relevante da fase sociotecnológica atual (a sociedade “democrática” ou “potencialmente democrática” num sentido mais “verdadeiro”, somente trazido pela rede interativa), como se o seu “refechamento” típico constituísse, sem dúvida, excepcionalidade social-histórica — acidente, mero obstáculo ou mal menor inexorável. Esses discursos transformam a “abertura” — um sofisticado epifenômeno do referido “refechamento”, como se verá — em prisma prioritário através do qual se deve ver e reler o mundo, aí inclusa a cândida e bem-intencionada impressão de que ele (ou de que por ele se) pode transformá-lo — tudo, porém, sem autoquestionamento acerca da ingenuidade política da proposição. A argumentação deste artigo, articulando as categorias mencionadas, é uma resposta a essa ilusão (utópica), hipostasiada como evento acabado.

2 “Refechamento”/“abertura”:⁶ primeira aproximação reflexiva

A princípio, a dinâmica estrutural imanente do *bunker* glocal encerra um pressuposto paradoxal, em ciclo vicioso: contração e liberação, contenção e plenitude, estreitamento e horizonte. Ao mesmo tempo em que constitui limitação específica *per se*, condiciona — frise-se: como sói ouvir-se — uma expansão *sui generis*. Do ponto de vista macrossocial, o *bunker* glocal representa (e, poder-se-ia dizer, permite ou mesmo impõe), num só lance, renúncia material-espacial relativa e investimento absoluto no imaterial, vale dizer, ascese minimalista no estrato corporal-objetal da existência e sinergia sîgnico-gregária no cenário espectral do simbólico, retenção atômica da vida social e aposta na interconexão profusa via fluxo sîgnico socialmente sancionado.⁷ Em palavras contextuais e reescaladas, o *bunker* glocal *sintetiza e simboliza*, de modo exemplar e espargido, ao nível do processo civilizatório, a *tendência contemporânea a um “cerramento” material pleno em regime de “abertura” midiática “total” para o mundo e para a alteridade* (em sua manifestação espectral).⁸ Trata-se de uma dinâmica ritualística, cíclica, desprovida de autossuperação,

⁶ O aspeamento dos termos no texto intenta ajustá-los, com recursos extras, ao sentido da natureza capciosa de ambos os processos. As razões expostas neste e no próximo subitem fundamentam o procedimento.

⁷ Esse par de eventos — “refechamento”/“abertura” — integra o quadro de hibridações que caracteriza a vida social desde que o fenômeno pós-moderno se irradiou no social-histórico pela cultura mediática massificada, a partir de meados do século XX (TRIVINHO, 2001, p. 39-78). Vejam-se as notas 11 e 12.

⁸ Em terreno civil, todo e qualquer *bunker* é uma circunscrição concreta e um umbral de viabilidades específicas [geralmente em sentido diametralmente oposto ao cuidado com o si-próprio e com o campo próprio (na perspectiva da autonomia de ambos), por motivos explanados na sequência], fato que se exponencia pela presença, nesse contexto, de algum *medium* capaz de rede, ou melhor, pela operação do processo de localização.

própria de uma dialética operacional com o social não inteiramente resolvida, mas, antes, contida em seu terceiro movimento, o de síntese, que, a rigor, nunca ocorre como costura dos influxos de “abertura” e “refechamento” (em nível seja material, simbólico e/ou imaginário); uma dialética internamente “travada” em seu movimento, reificada (para empregar um termo marxista deslustrado), não transitiva, que se alimenta de um jogo social inquieto de apropriação tecnológica, mas estruturalmente extático, oscilando e se esgotando entre a afirmação e a negação dessa afirmação, o “refechamento” e a “abertura”, e vice-versa. Os dois movimentos, que pendem um sobre e contra o outro, e se neutralizam, num regime operacional ambivalente e inacabado em que um não vigora como o que aparenta ser enquanto o outro não se cumpre conforme a sua natureza e potência, podem ser definitivamente caracterizados a traços sinópticos.

[1] O “refechamento” do *bunker* glocal não somente coincide com o processo de bunkerização generalizada da vida social (TRIVINHO, 2008), senão ainda, fundamentalmente, o incrementa. Se os condomínios fechados, os megaclubes de lazer e as residências engradadas “sustentam” a vida social e individual em regime de internato no tempo livre; se os *shoppings centers* “asseguram” a consumação (de mercadorias e signos) em condições idênticas, se as sedes corporativas e institucionais eletronicamente blindadas o cumprem no tempo de trabalho, e se os meios de transporte validam a clausura no nomadismo urbano, no contexto glocal da cibercultura, isto é, no *cyberspace*, então o *medium* de base, além de caucionar, reescala semelhante condição, no âmbito da experiência dessa rede. O fato tem fontes antropológicas e sociais causais convincentemente demonstráveis do ponto de vista teórico e prático (TRIVINHO, 2008). A esse respeito, será suficiente uma evocação rearranjadora de dados, em vez de explicação extensa. Em geral e em última instância, toda contrição material se realiza para resguardar a dimensão corporal e subjetiva (individual ou coletiva); sua fenomenologia radica no medo da ameaça (de qualquer ameaça) e do que doravante mais a radicaliza ou a cumpre, nomeadamente, o terror e a morte. Não por acaso, *media* capazes de redes eletrônicas sempre “garantiram” o desenvolvimento de práticas sociais (de vínculo humano, de aprendizado, de consumo, de entretenimento, de confronto com o real etc.) sob promessas protodiscursivas de segurança e resguardo. Se, com efeito, tudo aí se desenrola sob o registro da ilusão, nem por isso deixa de encerrar eficácia de objetividade, como álibi de utilidade prática. O *bunker* glocal, como condição de base para a relação geral com o mundo, em particular para a sociabilidade culturalmente conservadora, contribui para a *neutralização simulada ou imaginária* da ameaça *partout* ao promover a assepsia tecnológica longitudinal de toda a materialidade da existência. É como se o processo, amplamente mistificado *per se*, “salvaguardasse”, na realidade mesma, o sujeito de toda e qualquer iminência periculosa, justamente porque “lava”, isto é, domestica, pretensamente, os aspectos íngremes das relações sociais, tornando fluido o terreno escarpado — “alisando” o essencialmente estriado, para evocar Deleuze e Guattari (1997, p. 179-214) — da sociabilidade processada na materialida-

de. A fenomenologia idiossincrática do *bunker* glocal, na mesma intensidade em que constitui convite sedutor ao recolhimento compulsório e sem solidão *no tempo real*, ao encarceramento a céu aberto na imaterialidade tecnocultural da existência, apela, assim, ao escape hedonista do perigo citadino difuso, à evasão prazerosa do medo improvável, sem objeto (JEUDY, 1979; TRIVINHO in TRIVINHO e LOPES, 2000; BAUMAN, 2008). Em seu fundamento, o processo é, por isso, homeostaticamente antitético do ponto de vista social e subjetivo: o sujeito se “tranca” (o espírito focado na tela-rede), se protege (do entorno) e se defende (da “ameaça *partout*”), para sobreviver num espaço aparentemente estável (marco de referência da corporalidade, construído, antes de tudo, pelo imaginário) e supostamente livre da erosão do mundo (simbólica e material) e da banalização da violência e da morte; e esse espaço é justamente um âmbito — o glocal do corpo, da residência e/ou do trabalho (para ficar somente com estes) — em que a evidência da privacidade encontra-se posta em questão.⁹ Do ponto de vista da temporalidade histórica, tais características sobrelevam o *engodo operacional e dissuasivo* do *bunker* glocal: vetor de reprodução social da civilização midiática avançada, fincada em dinâmica material e simbólica capitalista-financeirizada, ele se coloca, fenomenologicamente, por sua dimensão aparentemente libertária, como “sugestão autopoietica” de solução para problemas sociais ou individuais, extensivos mesmo aos econômicos e políticos. É nesse contexto que, mais propriamente, se diz existirem, há tempos, uma mentalidade que bunkeriza o mundo, um comportamento que bunkeriza o espaço e a cidade, uma ação que bunkeriza o corpo e o outro, uma moral que bunkeriza valores sociais e assim por diante (como reverberação sintomática de um inconsciente e de uma sensibilidade correspondentes, cuja evidência conforma, no todo, uma *visão de mundo bunker*), quando antecipadamente (e somente nessas circunstâncias) se refecham mediante recursos tecnocomunicacionais, a fim de produzirem consequências de alguma ordem e alcance na vida de relação em contexto presencial não-mediado.

A subjetividade *bunker* permitida e sustentada pela comunicação em tempo real é propensão gêmea da vontade condutiva em direção (efetiva ou potencial) a tudo e a todos — operação psíquica de reserva e proteção *a priori* que, na qualidade de esteio fundamental desse comportamento *sine qua non* de condutibilidade integral, encerra em si a vigência implacável e silenciosa do princípio da guerra, da exceção ou do conflito extremo (no âmbito do social). Conforme circunstanciado em outro lugar (TRIVINHO, 2007a, p. 171-173), essa temática guarda umbilical ligação com o resíduo historicamente sedimentado e culturalmente espargido da “mentalidade

⁹ Tal *reduito*, em sendo midiático/midiatizado, mistura o que é privado e o que é público ou, precisamente, põe o primeiro *no segundo* e vice-versa; embora fisicamente circunscrito, impregnado pelo modelo comunicacional-mercadológico de valores públicos irradiados, que influem há décadas em prioridades sociais e culturais da vida cotidiana, seja na esfera do trabalho, seja na do tempo livre, esse espaço — como já sói patente à percepção comum — não é tão privado quanto em fases capitalistas pré-midiáticas e não tão cabalmente público quanto o fluxo sígnico que lhe perpassa aparenta insistentemente demonstrar.

sitiada” abordada por Lasch (1986, 1991), no contexto do imaginário social norte-americano posterior à Segunda Guerra Mundial. Além de a subjetividade *bunker* ser uma corruptela simulada dessa mentalidade, a questão envolve injunção de monta, hoje socialmente aprofundada: a mentalidade sitiada normalizou, dentro de si, o medo e o terror, neutralizando até mesmo a manifestação destes ao necrosá-los como efeitos colaterais inespecíficos, imperceptíveis e invisíveis. Nesse particular, a emergência do *cyberspace*, de par com a sua rápida apropriação social multilateral, representou, pois, a necrose inconsciente da temeridade normalizada. *Em palavras mais expressivas, a necrose social-histórica do medo disseminado corresponde, culturalmente, à naturalização tardia do mesmo em sua fase patológica.*

[2] O *bunker* glocal é, em terreno civil, a figuração inofensiva e impune do próprio *bunker* elevada à enésima potência e, o mais importante, completamente “atirada” no e pelo tempo real. Guardadas as proporções e a natureza dos construtos em jogo (e considerando-se unicamente o contexto da comunicação virtual), o aspecto focado perfaz toda a vulnerabilidade remota desse *bunker*: a exemplo de seu original bélico (no caso, o aprumado no solo, não o situado abaixo dele), o *bunker* glocal permanece sobremaneira “aberto” e exposto ao mundo, ou melhor, à investida do mundo, a todos os olhares, com esta sutileza: um *bunker* glocal permite olhar o outro similar — a título de procedimento de vigia, de prática *voyeur* ou ação consorte como valor cultural prioritário. A fenomenologia dessa “exposição ao mundo” põe-se em sentido contrário à projeção exógena. A atomização no arranjo espacial do corpo se costura mediante “salto imaginário permanente para dentro” do *bunker* (não para “fora” dele, como normalmente se imagina), via rede, pelo que tudo o que é proveniente de alhures, então transformado em espectro midiático (informação, imagem, som etc.), é vivenciado e se esgota na relação com o *medium* em jogo, no e com o fluxo sígnico, no contexto glocal. Essa “cena imanente”, que se supõe de horizonte profuso, mas, de toda forma, sem profundidade exógena (qualquer dimensão exterior, nesse caso, não é senão miragem imaginária), engendra, na civilização midiática — valha a lembrança —, as possibilidades tanto de consumo, sociabilidade, entretenimento e aprendizagem, quanto de tensionamento das condições social-históricas vigentes.¹⁰

¹⁰ O arranjo empírico dessas possibilidades segue a tendência paradoxal e internamente indistinta da hibridação: se nem local, nem global, porque glocal, nem “refechamento”, por um lado, e “abertura”, por outro, separados, uma vez que a realidade glocal legitima a “abertura” no “refechamento” e o “refechamento” para a “abertura” (como se verá adiante), em estrita identidade com o modelo misturado de pares binários, comum na civilização midiática: público no privado, privado no público, real no imaginário, imaginário no (e como) real, o distante na proximidade, o próximo na distância, o interno no externo e este *naquele*, e assim por diante, de maneira que não se trata mais nem de um, nem de outro, mas de uma realidade reescalada, terceira, inteiramente vigente, múltipla em sua *condição unívoca de fundo*, irreduzível a seus constituintes particulares, articulando todos os setores e experiências sociais. É nessa vertente que se deve entender o glocal: local no global, global no local, já outra potência; e que, por extensão, se deve apreender a vida humana há bom par de décadas, processada na onda de duração indefinida da globalização.

3 “Refechamento” → “abertura”: segunda aproximação reflexiva

Com efeito, o resultado explicativo da angulação de visão desses dois movimentos — “refechamento” e “abertura” — vê-se, de certa forma, comprometido e superado, em natureza e alcance, a partir do momento em que se os enfoca de modo diferenciado e com maior profundidade de campo. A constatação correspondente demonstra que, em todos os contextos glociais, em especial o do *cyberspace*, a “abertura” de horizonte (imaginário) do sujeito — não obstante ter ela auferido arejamento considerável na história cultural recente — constitui, a rigor, uma falácia.

Essa “abertura” vivida pelas práticas sociais nas várias modalidades de *bunker* “civilizado” se põe, a rigor, não a partir do fato do “refechamento”, mas *por causa* dele (vale acentuar, *dada* a sua precedência contínua) e *sobre* sua base. A atomização midiática do corpo, justamente porque implica aprisionamento ou fixação espaço-ambiental em condição glocal, fabrica um circuito simbólico e um imaginário de contrapeso, compensatórios e confortadores, até a anulação completa da própria percepção da mencionada atomização, cenário identitário aos signos mercadológicos *partout* que a subjetividade culturalmente conservadora toma por (e introjeta como) realidade primeira e última. No âmbito da apropriação social corrente da tecnologia midiática, a “abertura” figura, no fundo e antes de tudo, como *dimensão indenizatória* para fato inescapável, e não o contrário, por exemplo, uma evidência liberatória independente de variáveis *a priori*, o “refechamento” sendo, nessa direção falha, o suposto pedágio facultativo, pago em nome do usufruto de um horizonte verdadeiramente pleno como bem simbólico.¹¹ Por certo, se há relação de causalção e consequência ou apenas coincidência histórica entre os dois eventos, o veredito é menos indecível do que parece. Em outros termos, se o vínculo é evidente, a questão em suspensão consistiria em definir se o “refechamento” ao nível material ocorre *porque* há compensações (já antecipadamente dadas, em razão de uma inexorabilidade própria

¹¹ Para os discursos ciberufanistas em voga, é não somente pouco, como também equivocado dizer — em reescritura de locução assentada páginas atrás — que, “se o *bunker* glocal constitui limitação específica *per se*, ao menos condiciona uma expansão *sui generis*”; na realidade, essa tônica exige um importante deslocamento: “o *bunker* glocal condiciona uma expansão *sui generis*, embora porventura constitua limitação específica *per se*” ou, em variante mais informal, “se o *bunker* glocal constitui limitação específica *per se*, pouco conta; o fundamental é que ele condiciona uma expansão *sui generis*”. O pendor valorativo da locução revela — conforme sinalizado na nota introdutória deste estudo — a crença teleológica no potencial infotecnológico quase espontâneo de transformação do mundo. Convém recordar, a propósito, que o fato de a “abertura” poder ser apropriada até mesmo em nome do desvio e de fins heterodoxos e imprevistos, longe das regras sociais que lastreiam fins culturalmente conservadores (consumo, diversão virtual, sociabilidade prosaica etc.), deve-se menos à sua autonomia relativa (como processo social) que à ambiguidade própria do que, em matéria técnica e tecnológica, se encontra disponível para apropriação social em condições materiais de desigualdade, bem como à sua potencialidade em prol da tensão e da politização necessária (*lato sensu*, em algum grau de intensidade) da ordem vigente. A “abertura” jamais se reduz à concretude do vivido (e por isso pode contrariá-lo) porque ela se urde e se encena no imaginário social. Eis porque a leitura do real que a crava na vida concreta hodierna, diretamente em sua operacionalidade, como faticidade dada e inquestionável, não constitui, a bem da verdade, somente análise precária ou *naïf*, mas também — para frisar — um sofisma, testemunhando como verídico o que de fato o seria não se apresentasse, de partida, um arrazoado inverossímil, como simulação de efetividade.

qualquer), na forma de inúmeras possibilidades de abertura e vias de fuga, ou, em sentido contrário, se a “abertura” no plano midiático se deve, justamente, como aspecto estrutural compensatório, ao “refechamento” ao nível material e contextual. A observação atenta da experiência vigente tem contemplado — até agora, salvo juízo em reverso — a hipótese aqui circunstanciada.¹² Para expressá-lo livremente em (nova) recordação da epistemologia de Deleuze e Guattari (1997, p. 179-214), aqui necessariamente recontextualizada e em tensão com ela, o *bunker* glocal representa uma *cava-estria nodal na dimensão material, simbólica e imaginária da vida social* que afiança o pretenso fluxo liso-midiático, permanente e supostamente sequencial no tempo: se, por um lado, a estria condiciona a necessidade do liso, por outro, o liso existe somente para legitimar a estria, sob a conjetura de que a própria estria se autorresolva, tornando o mundo um utópico espaço unidimensional de condutibilidade, em autorreprodução antientrópica aparentemente infinita. Essa dinâmica justifica a revisão de notação pregressa com palavras mais enfáticas: na frequência de todas as modalidades de *bunker*, o *bunker glocal circunscreve e determina (ou pretende circunscrever e determinar) o lugar do corpo e, de modo idiossincrático, o do sujeito em contexto*, subordinando o investimento e o raio de ação da subjetividade à intencionalidade de cada um, em condições sociotecnologicamente dadas; o sentido da notação não é “se o *bunker* glocal fixa, também livra”, mas “porque ele fixa, livra”; ao atrelar a carne à máquina e à interface no contexto glocal — como que somente em virtude disso —, consente a profusão da subjetividade na rede. Mesmo a sensação de abertura *irrestrita* existe porque, antes, há *bunker* midiático. Tal *estesia sofisticada* (porventura verossímil, mas essencialmente inverídica) se apoia nesse “refechamento” particular e por ele se explica. Em argumento agora mais detalhado, no âmbito da utilização de objetos infotecnológicos, de base ou portáteis, o *bunker* glocal configura a *circunferência típica do corpo sedentário normalmente destinada à projeção na socioespacialização também típica (a interface) da subjetividade nômade hodierna*, sempre dependente de spectralidade midiática como prova objetiva de existência (dos objetos e processos do mundo).¹³ A realidade expressa pela equação midiática segundo a qual o *sedentarismo glocal* é o que permite o *nomadismo simbólico e imaginário bunkerizado* pode, no entanto, ser apreendida, com maior percepção de campo, por nova equação, em sentido contrário e reescalonado: o *nomadismo midiático da subjetividade chancela e reproduz o sedentarismo bunkerizado geral como habitus social*; e, no processo

¹² Essa perspectiva não se estende para quando se considera a matéria pelo prisma do valor cultural. Obviamente, tudo, nesse aspecto, se apresenta relativo. A “abertura” fica, em geral, associada à ideia de enriquecimento da experiência. Acompanham-na, porém, mazelas: o que se abre remanesce, de certa forma, vulnerável a forças contrárias, muitas vezes intensas. Por sua vez, sentidos antitéticos marcam todo e qualquer “refechamento”: como valor, ele se liga a algum empobrecimento do vivido, mas sua operação também representa (ou pode representar) cobertura do corpo e da subjetividade contra condições eventualmente hostis (de processamento da vivência).

¹³ A superexposição interativa de atividades e corpos em ambientes “internos” (jamais “privados”) por *web cams* talvez seja o símbolo exemplar desse pressuposto condicional: uma superexposição socialmente compulsória só pode ser a contrapartida *sine qua non* de um hiperenclausuramento objetivamente voluntário.

civilizatório pressuposto em tal *ciclo vicioso e autolegitimatório*, esse nomadismo simbólico e imaginário condutivo reforça, por sua vez, a *bunkerização da subjetividade e do corpo*. A operação radica em fatores antropológicos e culturais basilares, hoje banalizados. Se a bunkerização não é prerrogativa de *práticas glociais exclusivamente sedentárias*, isto é, realizadas em contexto glocal fixo, por referência a algum *medium* de massa ou interativo de base, em torno do qual gira não somente a subjetividade, mas também o corpo; se, há bom par de anos — e cada vez mais intensamente nas metrópoles e cidades médias desenvolvidas —, o “refechamento” *bunker* é, ao contrário, implementado por *práticas glociais nômades*, via utilização de equipamentos miniaturizados e móveis (*notebook*, celular, tevê de bolso etc.), a bunkerização midiática é identitária a tais *práticas* somente porque a sua contrição peculiar se passa, antes de tudo, na subjetividade: o *bunker* glocal é uma *realidade heurística inconsciente e reativa do sujeito contemporâneo*. Tanto no caso das práticas glociais sedentárias, quanto no do *nomadismo social glocalizado*, a *mélange* ao nível imaginário ou pré-simbólico entre corpo, subjetividade, máquina, interface e *bunker* como contexto imediato em rede ratifica tão-somente uma das mais importantes significações social-históricas (e uma das reverberações antropológicas e culturais mais relevantes) da comunicação eletrônica: o apartar físico dos corpos como pressão social “sugestiva” e sedutora e, ao mesmo tempo, a suposta redenção desse isolamento via conjunção imaginária das consciências no estrato-fluxo da espiral súnica.

Nessa perspectiva — ressalte-se, em complemento à ressalva do item anterior —, o *bunker* glocal comparece como uma espécie de *cela aparentemente libertária*, na forma paradoxal de uma *prisão heterodoxa imperceptível* que, por seu caráter midiático, admite possibilidades condicionais de mobilidade no tecido sociocultural da rede, a depender apenas da mais-potência do objeto infotecnológico e do capital cognitivo conforme (TRIVINHO, 2001, p. 175-185; 2007a, p. 133-180). Somente uma torção desconstrutora na cadeia lógica do sentido permite apreender o que aí está em jogo: o cenário se equaciona na expressão “‘condição de clausura’ em ‘liberdade’”, em que a cela presumida não é formalmente prisão, mas a sua metáfora, e a liberdade não esposa horizonte inteiramente aberto e desobrigado, porque é o seu simulacro. Pode-se tratá-la como “liberdade condicional” se por esse qualificativo se entende derivar, ao nível do simbólico e do imaginário, o seu objeto diretamente da atomização midiática do corpo, processo compatível com situações tanto sedentárias quanto nômades. Certamente, tais expressões são inadequadas para apreender todo o processo; pertencem a uma lógica (a do real herdado, convencional, exclusivamente material) diversa da *lógica paradoxal de um hibridismo de tipo sutil* —, mas dão bem a entender do que se trata e do que se pretende aqui tornar patente: confinamento glocal perdurante do corpo e da mente, insulamento voluntário e enredado do sujeito sob “campo de visão desembaraçado”, confortado pelo gozo da sociabilidade imaterial, da exploração elíptica e veloz de dados, da expressão desimpedida do si-próprio, do entretenimento e do consumo, como mote de “realização” do “indivíduo” virtualizado, “contrabalanço” de

rotina — pode-se (por que não) dizer, em geral — de Narciso midiático para a energia de morte que move a si, sem lastro em autoconsciência de situação; vale dizer, “equilíbrio” possível e precário para a sua *psicopatologia tecnocondutiva e fatal corrente*:¹⁴ luzes sígnicas glamorosas do mundo e do mercado comunicacionais plenos de vivência interativa e de relação com valores de troca e valores sem volta.¹⁵

Ambas as flexões anteriores sobre a matéria — note-se, por fim — trazem no bojo um aspecto relevante que, malgrado a sua condição supostamente “superada” ou “extemporânea”, não pode ser olvidado. A “abertura total” pressupõe, ao mesmo tempo, evidentemente, enquadramento imaginário, ao modo de uma indexação integral da subjetividade, a começar pelo já sabido constrangimento modelar e necessário desta última: para operar ou se situar no vivido, ela só pode fazê-lo se — e somente se — através da tela e de sua respectiva agenda, através do *software* e de sua permissão e limites (por mais voláteis que sejam). Na cibercultura, tal axioma recobre uma cadeia definida de indicadores empíricos correntes. [a] Suspensa a materialidade da existência pela atuação glocal on-line, a vida se reescreve junto à interface-rede — suspensão que seria um mistério não fosse puramente sensorio-perceptiva: a atomicidade peculiar do contexto imediato se oblitera na experiência da imaterialidade da tela. [b] Essa convergência reducionista apenas repõe, por outro ângulo, observações já feitas: o “refechamento” não é exclusivamente

¹⁴ Psicopatologia narcísica segundo Freud (2004), em trabalhos desenvolvidos entre 1914 e 1915: não a formação inconsciente da libido como auto-erotismo positivo (ainda que porventura megalomaniaco e egoístico), mas justamente o contrário, a conversão da mesma em ferida psíquica irreparável, na forma de uma auto-recriminação (e de transferência desta para a relação objetal) desprovida de percepção adequada do si-próprio. Relendo o conceito de Freud pelo prisma desta filigrana, Lasch (1983, 1986) delineou o perfil psicoemocional do sujeito narcisista contemporâneo com indicadores claros, cuja síntese é uma insegurança estrutural: medo da dependência, da competição, do fracasso, da velhice e da morte; sentimento de vazio emocional e de ódio recalçado; percepção de si equivocada, não raro acompanhada de autodepreciação obliterada por senso de humor tenso; noção flutuante de temporalidade; glorificação de (ou respeito solene por) personalidades do folclore mediático; interações pessoais comprometidas, entre outros aspectos. Em perspectiva diversa e contextualizadora sobre o conceito de narcisismo, veja-se Green (1988, 2001).

¹⁵ O *cyberspace*, em virtude de sua natureza descentrada e fragmentária, e à diferença de qualquer outro reduto de atuação humana (presencial ou virtual), condiciona o desenvolvimento de práticas glociais individuais ou grupais alinhadas à economia do dom, do investimento improdutivo, da despesa sem contabilidade, do gasto suntuário, do desperdício prazeroso, enfim, da dádiva como princípio operacional da distribuição generosa e sem retorno e como demonstração de poder simbólico (mesmo que aparentemente desinteressado). Os procedimentos de disponibilização, compartilhamento e colaboração em voga há anos na rede podem ser vistos como manifestação exemplar desse modelo de relações sociais não articulado pelo valor de troca capitalista. A perspectiva teórica que embasa “antieconomias” como essas remonta aos estudos antropológicos de Mauss (1974), passa pela visão filosófica heterodoxa de Bataille (1975) sobre o modo de produção capitalista e de Baudrillard (1976) sobre a sociedade de consumo e sobre a cultura contemporânea, e encontra nos trabalhos de Caillé (1989, 2002), de Nicolas (1986) e de Godbout (1992) defesa epistemologicamente alentada e reinterpretada desdobrada. No Brasil, Henrique Martins (2002) introduziu artigos de vários pesquisadores europeus (entre eles, os três anteriores) vinculados ao M.A.U.S.S. – Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales, projeto intelectual e cultural, criado em 1981 na Europa e filiado à tradição de pensamento de Mauss, (projeto) que visava, na esteira da experiência histórica de maio de 1968, propor um paradigma teórico politizado, alternativo ao marxismo, ao funcionalismo e ao estruturalismo, e voltado para a crítica de todas as modalidades de utilitarismo vigentes nas relações sociais.

material; é também psíquico. No *bunker* glocal, o sujeito não deixa de se reduzir, de certa forma, ao equipamento com o qual e pelo qual refaz a sua potência, se insere no mundo e nele age, e sem o que é nada. A “abertura” experienciada, por seu turno, sofre sempre forte injunção imaginária, com efeitos concretos e efetivos — setoriais ou ampliados, não importa — sobre a realidade. Esse *modus operandi* não tem fenomenologia impune; suas consequências antropológicas são profundas. Em geral, a subjetividade *bunker* permanece, de modo imanente — até autoconsciência em contrário —, cegada para certas facetas ou dimensões do mundo vivido (historicamente convencionais: materialidade extensiva da existência, *environment* e dinâmica citadinos, alteridade concreta etc.) e vivaz para fatores sociais e culturais compatíveis (sobretudo no âmbito do comportamento) com a vida social glocal. Se todo constrangimento modelar da subjetividade, ainda que inapelavelmente compulsório, cifra, em certo sentido, um “refechamento” correspondente (conforme sinalização acima), mesmo quando voluntariamente contraído, este não opera senão, em escala, em favor da reprodução social-histórica ancorada no processo de glocalização ampliada.¹⁶ [c] Ainda nessa perspectiva, as possibilidades de existência privada e coletiva na fase avançada da civilização midiática *dependem* tanto da mais-potência da senha infotécnica de acesso (equipamento à frente), quanto do domínio particular e pleno das linguagens de acesso majoritariamente vigentes (TRIVINHO, 2001, p. 175-185; 2007a, p. 133-180).¹⁷ Em troca da versão ciberespacial da “liberdade condicional”, a subjetividade precisa se vergar à linguagem de comandos em espiral, regrada pela potência da tecnologia digital como paradigma pragmático de mediação sociocultural. [d] A exemplo do que ocorre com a materialidade da existência e da mencionada redução do sujeito, o corpo se dissolve em dígitos. [e] O fluxo temporal da vida cotidiana se atrela ao tempo real, por ele se satelitiza e, não sem tensão, dele passa a viver. Em suma, tudo se *cola fatalmente* à existência instantaneizada — a ela permanece condicionada, por ela se realiza e (é assim que) nela se abre.

¹⁶ Nos termos paradigmáticos da divisão social dos saberes instituídos, ressalte-se — em tempo — que uma sociologia da condição bunkerizada da vida humana deve incluir, como objeto de estudo, os resultados de uma *filosofia da subjetividade bunker*, em palavras mais precisas, de um estudo filosófico sobre a *ética prática, protosimbólica e prosaica* dessa subjetividade. Certamente, a refração de sentido entre essas pontes disciplinares evoca a contribuição da psicologia e, melhor, da psicanálise. Nesse contexto, contudo, não se contabiliza dessas duas áreas senão o arco de interesses cognitivos voltados para o social-histórico, com proposta epistemológica diferenciada das demais ciências, descontada, pois, a sua função clínico-terapêutica (em todas as vertentes), que, na qualidade de socioprofilaxia psíquica e comportamental, acabou por se beneficiar, direta ou indiretamente, das condições culturais marcadas pelo processo de bunkerização e, não por acaso, se expandiu a olhos vistos ao longo do século XX, hoje se inserindo, como horizonte de cura (para feridas difusas da “alma” contemporânea), na própria equação sociofenomenológica do *bunker*.

¹⁷ Para essas possibilidades de vida social, as chances da mais-potência do equipamento (próprio), por sua vez — não se deve esquecer —, *dependem* de outra senha, antecedente, de sobrevivência epocal, a saber, o capital econômico de acesso a esse equipamento e à sua reciclagem periódica (parcial ou total). Essa injunção exala indicadores instrutivos: na cibercultura, o tecido sociotécnico do “refechamento” *bunker contém* pontos nodais em cadeia, tanto condicionais e prévios quanto consequentes e de monta.

Referências

- BATAILLE, Georges (1975). *A parte maldita*. Rio de Janeiro: Imago.
- BAUDRILLARD, Jean (1976a). *Para uma crítica da economia política do signo*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1976b). *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard.
- BAUMAN, Zigmunt (2008). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAILLÉ, Alain (1989). *Critique de la raison utilitaire*. Paris: La Découverte.
- _____ (2002). *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34. v. 5.
- FREUD, Sigmund (2004). À guisa de introdução ao narcisismo: pulsões e seus destinos. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago. p. 97-131; 145-173. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, v. 1).
- GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain (1992). *L'esprit du don*. Paris: La Découverte.
- GREEN, André (1988). *Sobre loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (2001). *Life narcissism, death narcissism*. London: Free Association.
- GUILLAUME, Marc (1982). Téléspectres. *Traverses*, n. 26, p. 18-28, out.
- _____ (1989a). La signification sociale des nouvelles télétechnologies. *Comunicação&política – Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos*, São Paulo, v. 9, n. 2-4, p. 79-86, jun./dez.
- _____ (1989b). *La contagion des passions: essai sur l'exotisme intérieur*. Paris: Plon.
- JEUDY, Henri-Pierre (1979). *La peur et les media: essai sur la virulence*. Paris: PUF.
- KROKER, Arthur; KROKER, Marilouise (1995). *Hacking the future: stories for the flesh-eating 90s*. New York: St. Martin's Press.
- LASCH, Christopher (1983). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (1986). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1991). *Refúgio num mundo sem coração: a família, santuário ou instituição sitiada*. São Paulo: Paz e Terra.
- MARTINS, Paulo Henrique (Org.) (2002). *A dádiva e entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes.
- MAUSS, Marcel (1974). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp. v. 2, p. 39-184.
- NICOLAS, Guy (1986). *Don rituel et échange marchand dans une société sahélienne*. Paris: Institut d'ethnologie.
- NIETZSCHE, Friedrich (2008). *A filosofia na era trágica dos gregos*. São Paulo: Hedra.
- TRIVINHO, Eugênio (1999). *Cyberspace: crítica da nova comunicação*. São Paulo: Biblioteca da ECA-USP.
- _____ (2001). *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet.

TRIVINHO, Eugênio (2007a). *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus.

_____ (2007b). Cibercultura e existência em tempo real: contribuição para a crítica do *modus operandi* de reprodução cultural da civilização mediática avançada. *E-compós* – Revista da COMPÓS – Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, n. 9, ago. 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/files/01ecompos09_EugenioTrivinho.pdf?PHPSESSID=13639fd47c902fb084ddf288061f7639>. Acesso em: 28 jan. 2008.

_____ (2008). *Bunker glocal: configuração majoritária sutil do imaginário mediático contemporâneo e militarização imperceptível da vida cotidiana*. *Comunicação, mídia e consumo* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM. São Paulo, v. 5, n. 12, p. 11-33, mar. 2008.

TRIVINHO, Eugênio; LOPES, Dirceu Fernandes (2000). *Sociedade mediática: significação, mediações e exclusão*. Santos: Leopoldianum.

VIRILIO, Paul (1975). *Bunker Archéologie*. CCI.

EUGÊNIO TRIVINHO é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP). Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), coordena, na PUC-SP, o Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura (CENCIB). É autor de *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada* (Paulus, 2007), *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual* (Quartet, 2001) e *Redes: obliterações no fim de século* (Annablume/Fapesp, 1998), entre outras obras.

eugeniotrivinho@uol.com.br

*Artigo recebido em novembro de 2008
e aprovado em dezembro de 2008.*